

O TERRITÓRIO DE CAVALCANTE E O TRABALHO DAS MULHERES NAS COMUNIDADES KALUNGA**THE TERRITORY OF CAVALCANTE AND THE WORK OF WOMEN IN KALUNGA COMMUNITIES****Aryanne Cristinne de Paula Alencar¹****Divina Aparecida Leonel Lunas²****Roseli Martins Tristão Maciel³**

SUMÁRIO: *Introdução. 2 O Território de Cavalcante. 2.1 As Comunidades Kalungas de Cavalcante. 3. O Trabalho das Mulheres nas Comunidades Kalunga. 4. Políticas Públicas para as Mulheres de Cavalcante. Conclusão. Referências*

RESUMO: O artigo discute a questão do trabalho das mulheres da comunidade kalunga no território de Cavalcante. A região é uma importante reserva biológica do Cerrado brasileiro, localizado na região Norte do Estado de Goiás. Este território destaca-se ainda pela presença do povo Kalunga que o ocupa desde o período da escravidão no Brasil. A metodologia do artigo estrutura-se em revisão bibliográfica, análise de dados secundários e participativa com registro de imagens e interpretações dos pesquisadores nos eventos no território. Os dados do artigo indicam que o território apresenta baixos índices de desenvolvimento comparado aos dos demais municípios do Estado de Goiás, é considerado como um dos municípios com maior índice de pobreza no Estado. Estas condições refletem fortemente nas mulheres kalungas, que são consideradas as principais guardiãs do saber e fazer do povo kalunga. Conclui-se que o protagonismo das mulheres kalungas dá-se pela atuação delas nas comunidades na preservação de suas práticas e manejo sustentável e que as políticas públicas são reduzidas para potencializar e incluir estas mulheres de forma a garantir sua vida e seu território.

ABSTRACT: The article discusses the issue of Kalunga women's labor within the territory of Cavalcante. This region is a significant biological reserve in the Brazilian Cerrado, located in the northern area of the State of Goiás. This territory is also notable for the presence of the Kalunga people, who have occupied it since the period of

¹ Bacharel em Direito. Mestra em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER – UEG. e-mail: aryannecristinne@gmail.com. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1818109594174529>.

² Economista, Doutora em Desenvolvimento Econômico – Unicamp – Docente permanente do Programa em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER – UEG. E-mail: divina.lunas@ueg.br. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1924813918867102>. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3395-1120>.

³ Historiadora, Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Docente permanente do Programa em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER – UEG. E-mail: roseli.maciell@ueg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2041157519801091>. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9879-7630>.

slavery in Brazil. The article's methodology is structured upon a literature review, analysis of secondary data, and participatory research involving image recording and researchers' interpretations of events within the territory. The article's data indicates that the territory exhibits low development indices compared to other municipalities in the State of Goiás, being considered one of the municipalities with the highest poverty rates in the State. These conditions strongly affect Kalunga women, who are considered the primary guardians of the Kalunga people's knowledge and practices. It is concluded that the leading role (protagonism) of Kalunga women arises from their actions within their communities in preserving their practices and sustainable management, and that public policies are insufficient to empower and include these women in a way that guarantees their lives and their territory.

INTRODUÇÃO

A sociedade patriarcal se caracteriza por classificar e impor as mulheres, desde a infância, tarefas e comportamentos inerentes ao gênero. Ao longo da época moderna atribuiu-se as mulheres um papel feminino secundário e irrelevante. Trata-se de uma construção social, uma violência simbólica, conforme descreve Bourdieu⁴ que, através da construção de categorias dominantes, definem a mulher em posição de inferioridade e submissão⁵

Desta forma, a trajetória histórica da mulher é marcada pela dominação masculina cujo o dominador delimitou o seu espaço, suprimiu seus e a delegou coadjuvante em seu papel social e, neste contexto, de desvalorização elas inserem-se no mercado de trabalho. As relações trabalhistas femininas começaram em desvantagem, pautadas pela desigualdade salarial, de direitos e de jornada dupla de trabalho uma vez que são responsáveis, quase sempre, pelas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

A condição das mulheres quilombolas no Brasil são mais opressivas e elas compõe um grupo mais vulnerável. No território de Cavalcante-GO, essas mulheres estão, muitas vezes, à margem das políticas públicas, pela ausência de estudos que busquem a compreensão de suas realidades. A invisibilidade de suas lutas cria uma

⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁵ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1976.

lacuna significativa no conhecimento e nas ações efetivas para a garantia de seus direitos.

Este estudo contribui para a compreensão da construção da identidade feminina e de como essa mulher, historicamente tratada como inferior e sem direitos, se insere no mercado de trabalho e luta incessantemente pela conquista da igualdade de direitos. Os estudos foram desenvolvidos com a finalidade de gerar dados científicos e trazer o diálogo para a academia, afim de gerar conhecimentos que possam embasar políticas públicas que integrem a multiplicidade de intersecções culturais, sociais e políticas.

A pesquisa é de natureza descritiva e qualitativa, fundamentada no método histórico dialético que possibilita a compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade. Neste sentido, partiu de uma análise documental e bibliográfica dos dados históricos e estatísticos e, ainda, levantamento de dados de campo em visita ao território e eventos da comunidade.

O artigo está organizando em seis seções: a primeira, esta introdução; a segunda apresenta, o território de Cavalcante, suas características socioeconômicas, duas cartografias de sua localização como espaço de poder e disputas; a terceira, discute o trabalho das mulheres na comunidade kalunga e sua importância para a continuidade das tradições; a quarta, discorre sobre as políticas públicas voltadas para a inserção da mulher kalunga no mercado de trabalho, por fim, apresenta-se as considerações finais e resultados os parciais.

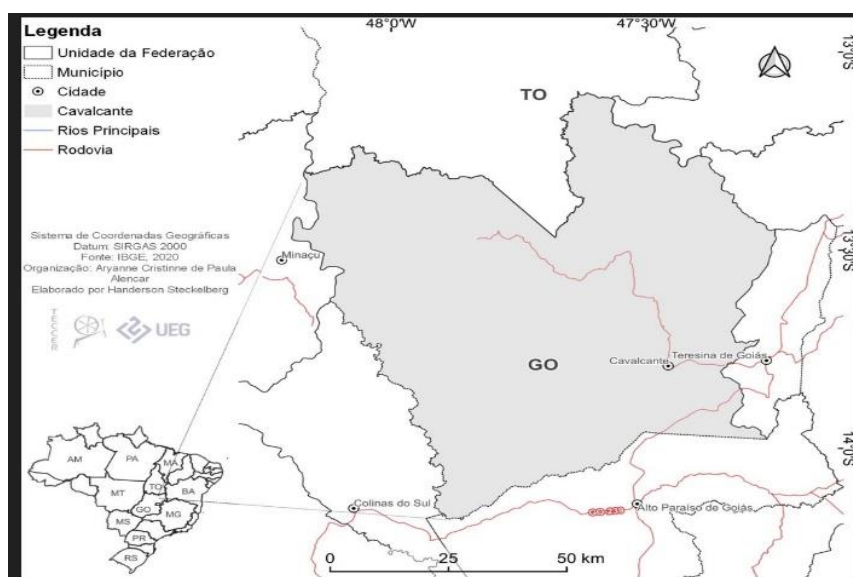
2 O TERRITÓRIO DE CAVALCANTE

O município de Cavalcante está localizado ao norte de Goiás na região da Chapada dos Veadeiros (Figura 1), é parte da reserva da Biosfera Goyaz II, que abriga a maior área do Cerrado contínuo do Brasil, sendo preservação e manutenção da reserva biológica, e da Área de Preservação do Pouso Alto (APA). O bioma predominante é o Cerrado (Figura 2). Conforme o Plano Diretor Municipal, o território de Cavalcante é constituído pelo distrito-sede e pelas comunidades kalunga de Prata, Salinas, Congonhas, Corrente, Vão do Moleque, Maiadinha, Vão de Almas e Engenho II,

ao norte da sede; as localidades de Araí, além do assentamento Rio Bonito, Rocinha, Vermelho e São José, a noroeste.

O território kalunga é o maior sítio histórico e cultural do país em extensão e em 1991, a área ocupada pela comunidade kalunga, reconhecida pelo Governo de Goiás, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Lei Estadual nº 11.409/1991) e em 2021, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o primeiro território e área conservada por comunidades indígenas e locais (Ticca) do Brasil. É área prioritária para preservação e manutenção da reserva biológica, e da APA do Pouso Alto.

Figura 1 – Localização do município de Cavalcante – Goiás



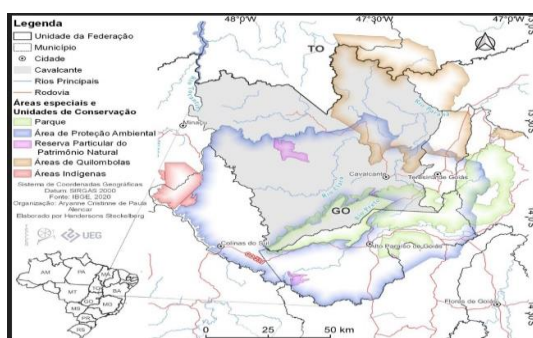
Fonte: Elaboração própria.

O povoado de Cavalcante surgiu em 1735 a partir da exploração do ouro e seu nome homenageia um dos primeiros mineiros a chegar na região. Em 1794, recebeu a Casa de Fundição do Ouro, transferida de São Félix e extinta em 1806. De acordo com o Diagnóstico dos Municípios que integram o Projeto SanRural: Cavalcante –

2019⁶ o Decreto de 11 de novembro de 1831 elevou Cavalcante à categoria de vila, e a Lei Provincial nº 14, de 3 de julho de 1835, transformou-a em freguesia. Em 1933, o município era composto por cinco distritos: Cavalcante, Lajes, Nova Roma, São Domingos do Café e Veadeiros.

O documento citado anteriormente relata que, com o declínio da produção aurífera, a economia tornou-se agrícola e pecuária com a, produção de açúcar, carne, farinha de mandioca e farinha de trigo. Na época, o município abrangia uma grande extensão, que se estendia desde Formosa (antigo Arraial dos Couros) até Arraias, no atual estado do Tocantins. Em 1938 o distrito de São Domingos do Café passou a se chamar Cafelândia, enquanto o distrito de Lajes foi extinto e incorporado ao município-sede de Cavalcante. Já em 1943, Cafelândia recebeu a denominação de Araí e o distrito de Nova Roma passou a se chamar Guataçaba⁷. A Lei Estadual nº 355, de 1949, devolveu ao distrito o nome de Nova Roma. Posteriormente, em 1953, os distritos de Veadeiros e Nova Roma foram desmembrados de Cavalcante para formar o município de Veadeiros. Em 1955, o distrito de Lajes passou a se chamar Colinas, de modo que, entre 1954 e 1958, o município era constituído apenas pelos distritos de Cavalcante e Colinas.

Figura 2 - Área prioritária para preservação e manutenção da reserva biológica, e da Área de Preservação do Pouso Alto (APA) no município de Cavalcante.



⁶ **SCALIZE, Paulo Sérgio (Org.).** Diagnóstico dos municípios que integram o Projeto SanRural: Cavalcante, GO – 2019. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. (Coleção Diagnóstico dos Municípios que

Fonte: Integram o Projeto SanRural; 10). Disponível em: https://sanrural.ufg.br/wp-content/uploads/2018/04/DTM-Cavalcante_ISBN.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025

⁷ **SCALIZE, Paulo Sérgio (Org.).** Diagnóstico dos municípios que integram o Projeto SanRural: Cavalcante, GO – 2019. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. (Coleção Diagnóstico dos Municípios que Integram o Projeto SanRural; 10). Disponível em: https://sanrural.ufg.br/wp-content/uploads/2018/04/DTM-Cavalcante_ISBN.pdf. Acesso em: 5 nov. 202

Fonte: Elaboração própria.

O diagnóstico também registra que, em 1968, foi criado o distrito de Teresina de Goiás, anexado a Cavalcante. Na divisão territorial de 1979, o município era composto pelos distritos de Cavalcante, Colinas e Teresina de Goiás. Entretanto, em 1987, Colinas foi elevado à categoria de município, com o nome de Colinas do Sul e em 1988 o distrito de Teresina de Goiás também foi desmembrado e elevado à condição de município.

O mesmo documento informa que Cavalcante possui uma área territorial de 6.948.780 km², e sua população em 2022 era de 9.583 pessoas, sendo mais de 50% de sua população declarada quilombola. A densidade demográfica era de 1,38 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do Estado, ficava nas posições 3132 e 5452 de 5570.⁸ Destaca que o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2022, era de 2,0 salários mínimos. Em relação às pessoas ocupadas, o quantitativo era de 1.259 pessoas, o que equivale a 13,4%.

O PIB per capita (R\$), em 2021, era de R\$ 39.322,37, conforme o diagnóstico já citado, em comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 90 de 246 entre os municípios do estado e na 1477 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2024 era de 90,61%, o que o colocava na posição 42 de 246 entre os municípios do estado e na 1932 de 5570. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que representa indicadores de escolaridade, renda e longevidade, referente ao ano de 2010, o município de Cavalcante apresentou o menor índice em comparação aos 246 municípios goianos (0,584).⁹

⁸ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua): resultados de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?edição=20636&t=sobre>. Acesso em: 1 mar. 2023.

⁹ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua): resultados de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?edição=20636&t=sobre>. Acesso em: 1 mar. 2023.

De acordo com o Índice Multidimensional de Carências das Famílias (IMCF), elaborado pelo Instituto Mauro Borges (IMB), em dezembro de 2022, o município de Cavalcante possui a pior situação de vulnerabilidade social, ocupando o primeiro lugar. O IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e tem como objetivo identificar, a nível municipal, a ausência ou insuficiência de recursos e condições desejáveis para que as famílias tenham níveis de bem estar satisfatórios.¹⁰

O Índice Multidimensional de Carências das Famílias (IMCF) foi elaborado a partir de três dimensões: educação, habitação e renda. Em relação a educação, foram analisados os indicadores que se referem ao analfabetismo e frequência escolar. Já em relação a habitação foram analisadas a espécie do domicílio, coabitação (domicílio coletivo), água canalizada, existência de sanitário, energia elétrica, revestimento do piso e destino do lixo. Por último, em relação a renda, foram utilizados dois indicadores: renda informal e Programa Auxílio Brasil (PAB).¹¹

O estudo utilizou como público-alvo as pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), sendo o IMCF calculado para cada domicílio com pessoas cadastradas, utilizando os indicadores e seus respectivos pesos. Em dezembro de 2022 havia 1.179.389 domicílios e 2.479.578 famílias inclusas para o cálculo do IMCF. Cavalcante foi o município de maior carência verificada, conforme gráficos elaborados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2022).

Na Tabela 1 apresenta-se os resultados do IMCF para Goiás e municípios e períodos selecionados.

Tabela 1 – Resultado do IMCF – Goiás e municípios prioritários – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	IMCF (dez/18)	IMCF (jun/22)	IMCF (dez/22)	Ranking (dez/18)	Ranking (jun/22)	Ranking (dez/22)	Diferença (dez/22- dez/18)
Estado de Goiás	0,167	0,159	0,163	-	-	-	-0,004
Cavalcante	0,300	0,262	0,261	1	1	1	-0,039
Colinas do Sul	0,268	0,242	0,246	2	3	2	-0,021
Monte Alegre de Goiás	0,254	0,247	0,245	5	2	3	-0,009
Posse	0,220	0,236	0,234	19	4	4	0,013
Guaraíta	0,200	0,221	0,228	40	7	5	0,028
Montividiu do Norte	0,243	0,221	0,228	6	8	6	-0,015
Buritópolis	0,208	0,222	0,223	27	5	7	0,015
Simolândia	0,205	0,218	0,219	33	9	8	0,014
Novo Brasil	0,146	0,201	0,219	193	22	9	0,073
Iaciara	0,222	0,213	0,219	16	11	10	-0,003
Teresina de Goiás	0,259	0,221	0,218	4	6	11	-0,041
Damianópolis	0,222	0,216	0,216	15	10	12	-0,006
Santa Terezinha de Goiás	0,235	0,208	0,215	7	16	13	-0,019
Matrinchã	0,230	0,210	0,208	10	14	15	-0,021
Flores de Goiás	0,222	0,209	0,203	17	15	24	-0,019
Amaralina	0,259	0,208	0,198	3	17	31	-0,061
Campinaçu	0,233	0,203	0,195	8	20	36	-0,037
Campo Limpo de Goiás	0,216	0,200	0,194	22	23	39	-0,022
Heitorai	0,230	0,194	0,190	9	32	44	-0,040

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Para que as políticas públicas cumpram efetivamente o seu papel, é importante analisar a trajetória dos índices nos municípios prioritários, sendo assim, o Município de Cavalcante, que ocupa a primeira posição no ranking de municípios com maior carência, em relação a educação, moradia e renda, deve ser priorizado.

Os dados elaborados pelo Instituto Mauro Borges nos dão a dimensão da vulnerabilidade social de Cavalcante, o que pode indicar uma ausência de políticas públicas que permitam com que a população tenha acesso a serviços essenciais, como moradia, água canalizada, sanitário, energia elétrica e saneamento básico. As Tabelas 2, 3 e 4 apresentam indicadores que demonstram a estrutura produtiva e econômica do município de Cavalcante.

Tabela 3 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Moradia – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Domicílio improvisado			Coabitação (domicílio coletivo)			Sem água canalizada			Inexistência de sanitário			Sem energia elétrica			Sem revestimento do piso			Sem destino do lixo		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	38.218	32.116	32.858	5.613	9.070	9.986	25.854	22.014	23.351	9.557	8.453	8.653	13.780	14.020	15.629	13.678	10.094	10.175	57.043	61.681	66.237
Buritópolis	41	47	61	0	0	0	26	19	19	45	36	38	5	2	2	7	6	7	252	280	313
Cavalcante	1	10	4	0	0	0	728	680	698	754	874	901	839	677	675	733	824	867	976	1.199	1.260
Colinas do Sul	0	0	0	0	0	0	167	145	158	152	138	144	144	137	149	168	145	155	295	327	358
Guaraíta	165	237	247	0	0	0	12	10	7	13	10	7	4	1	0	20	12	12	174	138	127
Iaciara	12	9	10	0	0	0	141	142	137	77	57	60	129	106	108	84	72	68	423	456	480
Monte Alegre de Goiás	54	18	22	1	9	10	376	352	362	481	464	486	337	254	250	498	461	480	787	802	829
Montividiu do Norte	274	309	310	0	0	0	136	93	83	97	59	53	67	31	25	37	23	20	666	629	600
Novo Brasil	0	1	1	0	0	0	29	16	17	1	1	1	6	6	5	142	117	112	281	196	191
Posse	3	5	3	41	36	34	469	425	415	455	394	369	615	782	986	87	65	62	1.337	1.554	1.588
Simolândia	10	5	4	0	0	0	232	212	202	174	161	155	98	82	77	168	169	151	375	379	384

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GP:

Tabela 5 - Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Educação – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Não frequenta a escola			Analfabetismo família		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	20.073	25.891	26.567	114.193	137.628	143.635
Buritópolis	14	14	10	211	199	207
Cavalcante	50	30	39	648	632	646
Colinas do Sul	21	30	27	136	146	159
Guaraíta	14	38	37	120	88	64
Iaciara	54	52	61	491	519	500
Monte Alegre de Goiás	42	39	36	446	411	410
Montividiu do Norte	26	30	24	197	150	132
Novo Brasil	281	65	68	11	92	80
Posse	82	113	104	1.014	1.214	1.245
Simolândia	24	37	38	381	501	488

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Tabela 7 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Renda – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Renda informal			PAB		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	333.434	420.435	489.094	295.703	401.545	490.191
Buritópolis	319	477	526	401	522	590
Cavalcante	1.136	1.522	1.645	726	1.277	1.355
Colinas do Sul	494	654	695	455	478	536
Guaraíta	421	445	430	256	296	294
Iaciara	1.556	1.804	2.033	1.656	1.921	2.120
Monte Alegre de Goiás	979	985	1.022	1.107	1.208	1.270
Montividiu do Norte	826	776	797	797	760	798
Novo Brasil	277	122	522	204	212	144
Posse	277	122	522	204	212	144
Simolândia	277	122	522	204	212	144

A análise dos índices no município de Cavalcante nos mostra que, apesar de ser um local conhecido por suas riquezas naturais, como minério e água em profusão, além da diversidade de animais e plantas, seus moradores enfrentam problemas de falta de infraestrutura como: ausência de estradas, assistência médica e escolas, convivem com a seca, lutam pela regularização de suas terras, e a maioria se encontra abaixo da linha da pobreza e outros abaixo da linha de indigência.

Entre os atrativos principais de Cavalcante, estão cachoeiras de águas cristalinas e locais paradisíacos. Enquanto o turismo sustentável, que virou moda entre as pessoas com poder aquisitivo, faz do município uma rota indispensável para os amantes do ecoturismo e do turismo de aventura, as comunidades tradicionais locais convivem com dificuldades que poderiam ser sanadas pelo poder público, se este tivesse interesse e intuito de fazê-lo. Enquanto o turismo cresce, a população luta pela defesa do seu território e pela garantia dos seus direitos, principalmente pelas questões fundiárias. “A motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais intensamente, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino, da sensibilidade pelo meio ambiente e cultura locais e pela exigência de qualidade da experiência”.¹²

O conceito de turismo sustentável para a Organização Mundial do Turismo “é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro”¹³. Dessa forma, é importante destacar que Cavalcante é um lugar de contrastes, moradores locais e turistas partilham o mesmo espaço por algum período de tempo, porém ambos vivem realidades completamente opostas.

A necessidade dos turistas é satisfeita, mas e quanto as necessidades socioeconômicas das comunidades tradicionais que ali habitam? O turismo sustentável possui pontos positivos, como geração de emprego, renda e sensibilização para as questões ambientais, entretanto acarreta outros aspectos negativos, dentre os quais:

¹² **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT).** *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago, Chile: OMT, 1999. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2021-03/CodigoEticaPT.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹³ **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT).** *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago, Chile: OMT, 1999. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2021-03/CodigoEticaPT.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ampliação da demanda pelos recursos naturais disponíveis; poluição; uso inadequado do solo; riscos para fauna silvestre; degradação e ocultação da paisagem e desenvolvimento além do esperado e vandalismo.

3 AS COMUNIDADES KALUNGAS DE CAVALCANTE

As comunidades kalungas de Cavalcante “construíram sua territorialidade em um Sítio de Patrimônio Histórico e Cultural”. Sendo assim, “este patrimônio precisa ser preservado, guardado, por ser algo que corre o risco de ser destruído”.¹⁴ A geógrafa e professora, Maria Geralda de Almeida, em seu artigo intitulado Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado, faz uma análise do significado do que é viver em um território patrimônio. A autora, aponta também, uma outra questão extremamente relevante, no que diz respeito à sua persistência como território Kalunga e como populações tradicionais, tendo como proximidade duas regiões metropolitanas, Brasília e Goiânia.

Torna-se necessário destacar os conceitos de Kalunga e quilombola. Segundo a Fundação Cultural Palmares, os Kalunga são uma comunidade afrodescendente, remanescentes das comunidades dos Quilombos. Conforme o Art. 2º do Decreto nº 4.887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”¹⁵ São comunidades que resistiram a escravidão e que se adaptaram a territórios desconhecidos, garantindo as suas sobrevivências, mantendo suas tradições e preservando o meio ambiente.

¹⁴ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

¹⁵ **BRASIL.** Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 2.nov.2024.

Alguns historiadores divergem a respeito das origens dos Quilombos, uns os consideram movimentos de resistência dos cativos, já outros os consideram comunidades de alforriados, e por fim, que os quilombolas se articulavam com outras esferas da sociedade:

Alguns historiadores apontam os Quilombos como resultantes de inúmeros movimentos de resistência dos cativos que, fugidos, refugiam-se e organizam-se em comunidade denominadas de “quilombos”. Outros estudiosos, como Munanga e Gomes (2006), reafirmam a presença de diversos naquele espaço e o fato de que o quilombo caracteriza-se como uma organização de uma sociedade livre. Ou seja, nele ocorreria a presença de negros alforriados. Para Gomes (2005), esta definição de quilombo surgiu na legislação ultramarina em meados do século XVIII. Segundo este mesmo autor, os quilombolas se articulavam com outras esferas da sociedade, uma vez que eles tinham desenvolvido práticas econômicas integradas às economias locais e “em muitas regiões brasileiras alguns quilombos forma reconhecidos como comunidades camponesas independentes”, nas palavras deste autor.¹⁶

De volta a discussão sobre o que é viver em um território patrimônio, Maria Geralda de Almeida, considera vários fatores relevantes, “dentre eles o assédio de fazendeiros por suas terras e o turismo gradativamente presente, que interferem em sua dinâmica e em sua biodiversidade”¹⁷

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, patrimônio refere-se aos bens, direitos e obrigações que compõem a esfera econômica de uma pessoa física ou jurídica, ou até mesmo o conjunto de normas e instituições legais de uma sociedade. Também pode englobar o patrimônio cultural e histórico de uma nação. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e dispõe em seu Capítulo I, Art. 1º:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de

¹⁶ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

¹⁷ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.¹⁸

Conforme as legislações elencadas, o valor do patrimônio histórico e cultural vai além do material e financeiro, ele engloba a identidade de um povo, suas raízes culturais, suas manifestações artísticas, o seu modo de vida, o valor das suas tradições e a transmissão do conhecimento para as futuras gerações. “Os Kalunga são detentores de bens que são suas “extensões morais”. Eles reconhecem a herança cultural e o local de vivência com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial”.¹⁹

Em relação ao conceito de território, a definição de Maria Geralda enfatiza as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território, “[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (Almeida, 2005, p.109). Embora não registrados são bens culturais os saberes das populações Kalunga na sua relação com o cerrado, no uso das plantas para alimentos, construção, remédios e produção de carvão, e, nas práticas de suas crenças.²⁰

O território Kalunga carrega em si os saberes de um povo e suas heranças ancestrais. Seus moradores respeitam a terra e o meio ambiente que o cercam e de onde, retiram o sustento, transmitem os conhecimentos e valores para outras gerações. Destarte, “patrimônio e território têm assim, o duplo papel de mediador interpessoal e de cimento identitário na sociedade. O Sítio dos Kalunga se contempla tanto o

¹⁸ **BRASIL.** Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

¹⁹ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

²⁰ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

patrimônio edificado, o material, quanto os aspectos valorativos da vida social e cultural postos no âmbito do “patrimônio intangível”, territorializados pelos Kalunga”.²¹

Em relação a extensão, o território Kalunga é o maior sítio histórico e cultural do país, e possui aproximadamente, 1,8 mil famílias habitando uma área demarcada de 261 mil hectares, que abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Apesar da população quilombola ser reconhecida pela Constituição Federal de 1988, apenas no ano de 2022 que a população quilombola foi identificada, através do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a pesquisa, a população quilombola residente no Brasil é de 1.330.186 pessoas (0,66%), distribuídas em 1.700 municípios, 24 estados e no Distrito Federal.²²

Um dado importante coletado na pesquisa se refere a titulação das terras quilombolas. Apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. Sendo assim, 95,67% dessa população (ou 1.270.360 pessoas) não obtiveram os títulos definitivos de suas terras no processo formal de regularização fundiária.²³ Contrariando o que dispõe o Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988, que determina aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras o reconhecimento a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.²⁴

Ainda, segundo o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) será o responsável pela titulação das terras

²¹ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

²² **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 5 ago. 2025.

²³ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 5 ago. 2025.

²⁴ **BRASIL.** [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Art. 68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2025.

(Art. 3º), enquanto a Fundação Cultural Palmares irá acompanhar o INCRA nas ações de regularização fundiária (Art. 5º).²⁵

No Estado de Goiás existem 30.391 quilombolas, sendo que 46,7% da população tinha menos de 29 anos, no período em que foi realizada a pesquisa. Em relação a distribuição espacial da população quilombola, 16,80% residiam em territórios oficialmente delimitados (5,1 mil pessoas), enquanto 83,20 % residiam fora (25,3 mil pessoas)²⁶. Segundo os dados existem 82 comunidades quilombolas em Goiás, entre certificadas e não certificadas. Cavalcante se destaca entre os municípios de Goiás, tendo mais de 50% de sua população declarada quilombola, o que equivale a 5.470 pessoas²⁷.

As comunidades estão localizadas em uma região repleta de serras, rios e vãos, e apresentam várias fitofisionomias, dentre elas: campo limpo, campo sujo (que é caracterizado por possuir vegetação herbácea-arbustiva esparsa e pouco desenvolvida), cerrado típico (cuja vegetação é arbóreo-arbustiva, com cobertura variando de 20% a 50% e altura média de três a seis metros), cerrado rupestre (que compreende um tipo de vegetação herbácea-arbustiva com algumas árvores de porte pequeno que se desenvolvem sobre afloramentos rochosos), veredas (que compreendem áreas úmidas com ocorrência de palmeiras como os buritis), matas de galeria e ciliares.

Considerando as condições topográficas, Maria Geralda de Almeida descreve o Território Quilombola Kalunga, como sendo uma região topográfica acidentada, tendo alguns vales fluviais que podem ser aproveitados para uma agricultura sazonal. O período chuvoso se inicia em meados de dezembro e finda em março, sendo esse o período de maior atividade com o plantio e o trato da roça, aproveitando as chuvas, geralmente escassas.²⁸ “Há uma prática de se usar da água das chuvas represadas

²⁵ **BRASIL.** Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 2.nov.2024.

²⁶ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 5 ago.2025.

²⁷ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 5 ago.2025.

²⁸ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*,

em cavidades no solo denominadas de “grotas” para as mais diversas atividades cotidianas. O Rio Paranã e o Rio das Almas cruzam o Sítio Histórico Kalunga e com seus vários afluentes servem os vários povoados e facilitam os cultivos.²⁹

Sobre essa região tão rica geograficamente, Maria Geralda faz uma reflexão a respeito do símbolo natural: “A rica toponímia que designa as serras, os rios, os vãos e os agrupamentos de casas, remete-se a uma construção subjetiva, a um dado símbolo natural ou cultural do lugar em questão. Configura-se, na concepção do Bonne-maison (1981, p.256), como um geossímbolo, “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico, que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possuem aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade”.³⁰

Um aspecto importante em relação a manutenção da identidade, se refere a construção das casas que, originalmente, eram construídas de adobe e cobertas por palha. “As casas não possuíam banheiros e a cozinha geralmente construída separada do restante da casa, fato que ocorria por medo de incêndios, já que o fogão é alimentado por lenha e o telhado feito de palha seca”.³¹

A água utilizada pelas famílias é proveniente dos rios da região, o que acarreta uma dificuldade ainda maior para aquelas comunidades que ficam distantes dos rios. No que diz respeito a mobilidade, os problemas são ainda maiores, pois as estradas de acesso são poucas e o principal meio de transporte utilizado pelos moradores são os muares (burros e mulas). A falta de assistência a saúde é um outro problema enfrentado pelas comunidades, já que o acesso à saúde se dá apenas com a visita dos agentes de saúde. Em casos de emergência, a falta de transporte adequado e estradas de acesso dificultam o atendimento.

Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

²⁹ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

³⁰ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

³¹ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

No que diz respeito ao acesso à educação, os moradores das comunidades quilombolas enfrentam várias dificuldades, como: falta de infraestrutura, dificuldade de transporte e a invisibilidade de sua história nos conteúdos ministrados. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionou no dia 13 de novembro de 2023, uma atualização da Lei de Cotas, incluindo quilombolas como beneficiários das ações afirmativas no ensino superior. Porém, apesar desse avanço legal, o acesso ao ensino superior da população quilombola ainda é muito pequeno, se comparado a outros grupos populacionais. De acordo com pesquisa realizada no ano de 2023, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), crianças e adolescentes pretas, pardas e indígenas são as mais atingidas pela exclusão escolar, representando um percentual de 70% entre aqueles que estão fora da escola. Esses dados retratam uma realidade cruel da educação básica.

As comunidades produzem os seus próprios alimentos, que tem como base a agricultura de subsistência, cujo conhecimento foi transmitido pelos ancestrais, sempre respeitando os ciclos da natureza e o meio ambiente que o cercam, o extrativismo de frutos do cerrado, criação de bovinos, suínos e aves e o cultivo de frutas. Plantam em pequenas roças e vendem o excedente.

3. O TRABALHO DAS MULHERES NAS COMUNIDADES KALUNGA

As mulheres kalungas são sinônimo de luta e resistência. São as responsáveis pela manutenção e transmissão dos saberes tradicionais, pelo fortalecimento de suas identidades e ocupam um lugar de representatividade dentro das comunidades. Valorizam o território, a terra e tudo o que dela advém, como sendo essencial para a manutenção da vida. Para elas, a Mãe Terra, não é um produto; é vida. É a personificação da Deusa Mãe, Gaia, que gera, cuida, protege e alimenta.

E é no quintal kalunga que essas mulheres transmitem os seus saberes, “É nele que a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, seja plantas medicinais ou alimentos. Conhecimentos adquiridos historicamente, passados

por gerações, de mãe para filha, de avó para neta”.³² As mulheres são a força motriz que movimenta a roda da vida, são a alma da casa, do quintal e da família. São força e sensibilidade, ritmo e calma. São guardiãs da vida, da terra e do Cerrado:

O Cerrado também está presente nos quintais Kalunga e suas plantas são utilizadas para vários fins. Frutas como mangaba, caju, pequi, mutamba, cagaita são encontradas nos quintais e utilizadas na alimentação e a unha-de-gato é um exemplo de planta medicinal para tratamento de inflamações. O quintal tem como elemento importante, a biodiversidade do Cerrado. São encontradas árvores frutíferas como o cajuzinho, a mangaba e com muita frequência o pequi. A sucupira, a unha-de-gato, a chapada são plantas utilizadas como remédios caseiros, cultivados e preparados pelas mulheres nos quintais. Árvores de maior porte são usadas para confecção de estacas de cerca, é o caso da árvore conhecida como São Gonçalo e a Jacaré.³³

As mulheres kalungas coletam frutos nativos, como: mangaba, cajuzinho do cerrado, tinguí, baunilha e coco indaiá. Fazem óleos, farinhas, plantam milho, algodão, mandioca, quiabo, abóbora, gergelim, feijão, arroz. Produzem artesanato, como tapetes e comercializa, assim como os óleos e as farinhas que produzem. No entanto, apesar de todo o trabalho desenvolvido por essas mulheres dentro e fora de suas comunidades, enfrentam adversidades cotidianas que as impactam negativamente. Vivem elas expostas a violência advinda dos conflitos territoriais, pelos empreendimentos desenvolvimentistas e pela supressão de direitos, que emperram-lhes o desenvolvimento social e econômico.

As mulheres Kalungas não tem acesso às políticas públicas, terra, educação, saneamento básico, saúde, transporte, água, cultura, segurança. Essas políticas não chegam ao seus territórios e quando chegam, elas não se reconhecem dentro delas. As escolas não incluem nos seus currículos suas histórias, suas manifestações.

Os grandes empreendimentos de mineração vêm destruindo as comunidades. E a principal vítima são as mulheres, pois elas permanecem nas comunidades. E a mineração não garante trabalho e nem renda para as comunidades tradicionais. Sendo assim, o discurso desenvolvimentista, seria para quem? Quem está sendo

³² **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

³³ **ALMEIDA, Maria Geralda de.** Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

beneficiado? Essas mulheres estão sendo expulsas do território, principalmente nas áreas de conflito da mineração.

Os monocultivos de soja, assim como os de eucalipto, estão destruindo a economia comunitária, o acesso ao alimento e a renda. A produção agroecológica está sendo cada vez mais ameaçada pelos agrotóxicos e pela monocultura. “Na sociedade capitalista contemporânea, permeada pela velocidade crescente na busca permanente das condições de produção do lucro, a natureza exteriorizada é vista apenas como produtora de mercadorias”³⁴

Além de serem guardiãs do território-Cerrado, da biodiversidade, da ancestralidade, seus corpos também são um território, e esse território está sendo ameaçado diariamente pela violência que sofrem, seja física, mental, espiritual, cultural, econômica e social. O capitalismo transformou as pessoas em mercadoria. O corpo é a força de trabalho, é o que produz, e ao mesmo tempo é mercadoria e mercado de consumo.

As mulheres são as responsáveis pelo preparo dos alimentos, pelo cuidado das roças, pelo preparo de remédios tradicionais. Cuidam dos filhos, da família, da casa e exercem papel de liderança dentro das comunidades. Permanecem na comunidade quando os maridos saem em busca de melhores condições de sobrevivência. E é exatamente isso que o capitalismo faz, ele explora o trabalho das mulheres. É um trabalho reprodutivo e doméstico. “O trabalho reprodutivo está em todas as suas facetas, sujeito as condições impostas pela organização capitalista de trabalho e pelas relações de produção”. Para a autora, “o salário e a falta dele permitem ao capital obscurecer a verdadeira duração da nossa jornada de trabalho. O trabalho aparece apenas como um compartimento único da vida, realizado apenas em momentos e espaços determinados”.³⁵

A contaminação por agrotóxicos também gera um impacto biológico no corpo dessas mulheres, provocando abortos e danos ao leite materno. Os casos de exploração e abuso sexual aumentam drasticamente, principalmente com a chegada dos grandes investimentos. A realidade das mulheres kalungas não é mostrada nos meios de comunicação, pois trata-se de uma população excluída. São invisibilizadas pelo poder público e pela sociedade, entretanto, elas resistem e persistem. “As (Re)

³⁴ PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). Cerrado: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 51-69.

³⁵ FEDERICI, Silvia. **A caça às bruxas**. Boitempo; 1 ed. 2019, p.63.

Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento”.³⁶

Sabemos que os discursos são construídos por aqueles que podem falar, ou seja, os grandes proprietários de terra, autoridades e políticos. E quem são essas minorias femininas, que lutam pelo seu território e pelo seu direito de fala? Pode o subjugado falar? A conquista dos territórios se deu baseada em violência e na submissão dos povos. Envolve dominação, apropriação e ideologização. A violência está presente nas relações de poder, nas disputas, na conquista e na desapropriação de territórios.

Todas as relações são relações de poder e envolvem interesses. E a criação das instituições não seria diferente. As instituições são construídas através das relações de poder ali estabelecidas. São conflituosas e divergentes. E o que prevalece é o discurso predominante. Dessa forma, as próprias instituições viabilizam o machismo e o sexismo. “Além de deter do monopólio do uso legítimo da força física, o Estado moderno também reuni, nas mãos dos dirigentes, os meios materiais de gestão”.³⁷ “Ele possui as formas de produção e canonização das classificações sociais”.³⁸

No caso das mulheres kalungas, elas são as principais personagens envolvidas no território-Cerrado. Elas não são apenas parte daquele território. Elas são o território. Elas são a matéria bruta visível e invisível, são o coração pulsante, o ventre e a alma. Porém, para o modo de produção capitalista a unidade homem/natureza, não se faz presente. “Para os sujeitos cerradeiros, a natureza é una, pois não há separação entre o material e o imaterial, mas um permanente e incessante diálogo que assegura a vida plena”.³⁹

³⁶ PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). Cerrado: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 54,

³⁷ WEBER, Max. **Política como vocação**. In: Ciência e Política. Duas Vocações. (trad) Leonid Hegenberg e Otany Silveira da Mota. Editora Cultrix. São Paulo, 1968, p. 68.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no college de France (1982-1992)** trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 15-16

³⁹ PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). Cerrado: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 54,

O processo de globalização acentuou ainda mais esse distanciamento, já que não ocorreu de forma linear e sem resistências. O termo remete a imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. “Há que se considerar, porém, que tal idéia de homogeneização é falsa”⁴⁰. A realidade das mulheres kalungas corroboram com essa idéia, uma vez que, observamos que elas não têm acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e segurança. Todos esses direitos estão preconizados em nossa Constituição Federal, porém, não são garantidos para essas mulheres.

Na medida em que a globalização avança, ela tende a acirrar o processo de exclusão sócio-espacial. “Se há uma homogeneização pelo alto, do capital e da elite planetária, há também uma homogeneização da pobreza e da miséria”.⁴¹ Enquanto as grandes corporações destroem os territórios e o meio ambiente, as mulheres kalungas lutam diariamente para preservar o que a Deusa Mãe, Gaia, nos deu de presente. São as guardiãs do território-cerrado. Existem e resistem por todos nós.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE CAVALCANTE

É fato que as mulheres kalungas lutam diariamente por seus direitos fundamentais e para combater a invisibilidade. Mas, nessa batalha cotidiana, qual o papel dos entes federativos na resolução dos problemas reais? O Estado está efetivamente preparado para atender determinados grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade; seja física, social ou econômica? Um dos fundamentos do Estado de direito é a igualdade entre os povos. “O Estado é uma instituição maior, que dispõe de amplos poderes e que dá efetividade à disciplina normativa das instituições menores. Não é o criador único de normas, porém, é ele que condiciona a criação dessas normas”.⁴²

⁴⁰ HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização. Revista do Departamento de Geografia.** UERJ. Rio de Janeiro. 1999. p. 8.

⁴¹ HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização. Revista do Departamento de Geografia.** UERJ. Rio de Janeiro. 1999. p. 8

⁴² DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 35.

E quando essas normas estão enraizadas em uma sociedade patriarcal, machista e escravocrata? Que exclui, delimita espaços e invisibiliza povos e comunidades tradicionais? Para responder tais questionamentos, se faz importante esclarecer antes de tudo alguns conceitos, dentre eles, o de políticas públicas. Afinal, o que são políticas públicas? E como essas políticas públicas podem promover bem estar social e atingir efetivamente o seu objetivo?

Um dos conceitos mais utilizados, define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”⁴³. Outras definições ressaltam a sua importância na resolução de problemas. “Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.⁴⁴ As políticas públicas podem abranger diversas áreas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, dentre tantas outras. São planejadas, implementadas e avaliadas por vários atores sociais, tendo como elementos principais:

a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. É abrangente e não se limita a leis e regras. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.⁴⁵

Observados os aspectos conceituais, e considerando o contexto histórico de escravidão e desigualdade, que traduz a realidade da população quilombola, surge uma crescente necessidade do Estado em desenvolver ações específicas para essas pessoas. Um dos programas que constitui um marco na construção de políticas públicas para quilombolas, é o Programa Aquilombola Brasil, lançado em 21 de março de 2023, pelo governo federal. O Programa tem quatro eixos: acesso a terra e território, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e etnodesenvolvimento local, e direitos e cidadania, sendo coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial:

Art. 1º Fica instituído o Programa Aquilomba Brasil, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de promover medidas

⁴³ DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984

⁴⁴ SOUZA, Alexandre B. S. **São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e a mulher na idade média**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2016, p. 26.

⁴⁵ SOUZA, Alexandre B. S. **São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e a mulher na idade média**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2016, p. 26

intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País.

Art. 3º São princípios do Programa Aquilomba Brasil:

I - a transversalidade de gênero e de raça nas políticas públicas destinadas à população quilombola;

II - o respeito à autodeterminação, à integridade territorial e à plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais da população quilombola, reconhecidos na Constituição e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;

III - o reconhecimento do modo de vida tradicional quilombola como prática sustentável de relação com a natureza;

IV - a priorização do atendimento das comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social, em que existam índices significativos de violência e baixa escolaridade;

V - a participação social e o controle social nas políticas públicas para a população quilombola;

VI - a equidade de gênero; e

VII - a celeridade das ações governamentais de efetivação dos direitos da população quilombola.

Art. 4º O Programa Aquilomba Brasil compreenderá ações destinadas aos seguintes eixos temáticos:

I - acesso à terra e ao território;

II - infraestrutura e qualidade de vida;

III - inclusão produtiva e desenvolvimento local; e

IV - direitos e cidadania⁴⁶

Um dos objetivos do Programa é promover a participação da população quilombola na formulação de políticas públicas de educação e de planejamento pedagógico, assim como implementar medidas de equidade de gênero e valorização da diversidade, fortalecer os direitos das mulheres quilombolas, implementar políticas públicas destinadas à juventude quilombola, especialmente para a inclusão de jovens quilombolas nos espaços de governança, criar e implementar uma política nacional de gestão territorial e ambiental quilombola, além de implementar política pública destinada à conscientização dos direitos da população quilombola, por meio de pactos de cooperação, especialmente de ensino superior e com órgãos do sistema de justiça, e de outros instrumentos.

Em Cavalcante, as jovens lideranças quilombolas estão lutando para manter a cultura e a tradição de seus ancestrais, assim como para garantir que seus direitos essenciais sejam efetivados. O esforço coletivo da comunidade rendeu frutos, e no dia 29 de março de 2025, foi inaugurado o Armazém Quilombo Kalunga (AKQ). O

⁴⁶ **BRASIL.** Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm. Acesso em: 10 ago. 2025

Armazém foi construído pela própria comunidade, a partir da técnica de adobe, e será um local de comercialização dos produtos kalunga, que incluem frutos típicos do cerrado, como o baru e o pequi, além dos produtos artesanais feitos pelos próprios moradores. A inauguração contou com a presença do prefeito, das autoridades locais, do presidente e vice-presidente da AKQ, e das comunidades locais. Nas Figuras 3 e 4 destaca-se a infraestrutura disponível na localidade da AQK.

Figuras 3 e 4 – Infraestrutura da AQK para a inauguração do Armazém Kalunga.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A presença feminina foi marcante durante o evento, representando a maioria dos expositores. Orgulhosas de sua origem e com sorriso nos lábios, apresentavam seus produtos, ao mesmo tempo em que relatavam todo o processo de coleta e fabricação.

Muitas dessas mulheres carregavam em seu colo os filhos, enquanto trabalhavam na venda dos seus produtos. Dentre os produtos, um deles se destacava, pela marca registrada na embalagem: “Mãe de Óleos Kalunga” e pela maneira como são fabricados.

A marca, foi criada por mulheres da comunidade kalunga, e contou com o apoio da articulação Pacari, rede formada por dezoito organizações comunitárias de

mulheres do Cerrado, no intuito de comercializar os seus produtos. O foco do projeto é a venda dos produtos sem intermediários. As mulheres são as responsáveis por todo o processo, desde a coleta dos frutos até a comercialização, na Figura 5 apresenta-se um dos modelos de conscientização da importância das mulheres para a preservação do Cerrado. A inauguração da Associação trouxe para essas mulheres, a possibilidade de escoamento dos seus produtos.

Porém, as mulheres relatam uma dificuldade na logística e no transporte desses produtos até o local de comercialização. Muitas comunidades estão localizadas em áreas de difícil acesso, longes do centro urbano de Cavalcante. As comunidades não possuem veículo próprio e muitas dessas mulheres dependem de carona e da boa vontade de terceiros, para se deslocarem até as cidades mais próximas, como Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás.

Uma outra parceria realizada pela Associação Quilombolo Kalunga, é o Programa Formar Baru. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), cujo objetivo é promover a conservação do Cerrado e a geração de renda através da cadeia produtiva do baru. É um programa de formação continuada, dividido em 6 módulos presenciais, intercalados com atividades intermodulares. Durante os módulos, os participantes recebem material didático e participam de oficinas. Entre os temas estão: modelos de desenvolvimento, gestão de negócios, manejo sustentável e economias locais e regionais.

Figura 5 – Banners de conscientização da importância das mulheres na preservação o Cerrado.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Um outro projeto que se destaca na região, é o Projeto Cerrado de Pé, que é uma Associação de Coletores de Sementes da Chapada dos Veadeiros, cuja objetivo é a coleta de sementes nativas do Cerrado e a restauração ecológica. Esta importância é destacada em banners que são expostos nas atividades, conforme o que pode ser visualizado na Figura 7, que destaca que sem mulher não tem Cerrado em pé.

Além de participarem ativamente dos Projetos, as mulheres carregam em si a força da mulher kalunga, que respeita os ancestrais e a natureza acima de tudo. São fortes, corajosas e lutam para preservar a cultura e as tradições e nos ensinam que o respeito a natureza e aos ancestrais são valores essenciais para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados no artigo demonstram que o território de Cavalcante apesar da sua importância geográfica e ambiental para o Brasil e especificamente para o Estado de Goiás, por guardar a maior reserva de Cerrado nativo do país, apresenta os piores indicadores de desenvolvimento, refletindo o abandono do território por políticas públicas eficientes. A reprodução desta miséria social e econômica atinge principalmente as mulheres do território, que lutam contra estas desigualdades, enquanto tentam preservar seus modos de vida e de fazer o viver no território.

A análise do território de Cavalcante e do trabalho das mulheres nas comunidades Kalunga revelou um cenário de contrastes marcantes. Embora a região seja rica em belezas naturais e biodiversidade, as comunidades Kalungas enfrentam profunda vulnerabilidade social e econômica, com carências significativas em educação, habitação e renda. Neste contexto, as mulheres Kalungas desempenham um papel central e multifacetado como guardiãs do território-Cerrado, da cultura e dos saberes ancestrais, resistindo ativamente à destruição ambiental e à exploração por empreendimentos desenvolvimentistas, como a mineração e a monocultura.

No entanto, suas lutas e contribuições permanecem frequentemente invisibilizadas, e a eficácia das políticas públicas destinadas a esses grupos é questionável, muitas vezes não chegando aos seus territórios ou não as representando adequadamente. Exemplos de suas estratégias de luta e resistência, como a criação do Armazém Quilombo Kalunga (AKQ) e a articulação para a comercialização de produtos, foram identificados, embora enfrentem desafios como a logística e o transporte, que limitam o escoamento de seus produtos.

A pesquisa conclui que, para o modo de produção capitalista, os interesses dessas populações são preteridos pelos interesses do capital e do poder.

REFERÊNCIAS

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1982-1983).** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica, Goiânia*, GO, v. 4, n. 1, p. 41-63, fev. 2010. DOI: 10.5216/ag.v4i9.9389. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ateliel/article/view/9389/7268>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Art. 68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm. Acesso em: 10 ago. 2025

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em:

2.nov.2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAVALCANTE (GO). **Lei nº 1.071, de 19 de outubro de 2012. Institui o Plano Diretor do Município de Cavalcante**. Cavalcante, GO: Câmara Municipal de Cavalcante, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984

FEDERICI, Silvia. **A caça às bruxas**. Boitempo; 1 ed. 2019, p.63
GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). *Índice Multidimensional de Carência das Famílias – Dezembro/2022*. Goiânia, 2023. 50 p. Disponível em: <https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2024/01/Estudo_008_2023_indice_multidimensional_de_carencia_das_familias_dezembro_2022.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Revista do Departamento de Geografia. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. P. 7-19.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 5 ago.2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): resultados de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?edição=20636&t=sobre>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago, Chile: OMT, 1999. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2021-03/CodigoEticaPT.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.
PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). *Cerrado: perspectivas e olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 51-69.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1976.

SCALIZE, Paulo Sérgio (Org.). **Diagnóstico dos municípios que integram o Projeto SanRural: Cavalcante, GO – 2019**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. (Coleção Diagnóstico dos Municípios que Integram o Projeto SanRural; 10).

Disponível em: https://sanrural.ufg.br/wp-content/uploads/2018/04/DTM-Cavalcante_ISBN.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025

SOUZA, Alexandre B. S. **São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e a mulher na idade média**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2016.

WEBER, Max. **Política como vocação**. In: **Ciência e Política. Duas Vocações**. (trad) Leonidad Hegenberg e Otany Silveira da Mota. Editora Cultrix. São Paulo, 1968.